



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE EDUCAÇÃO E
CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

EMILY CARVALHO SANTOS

**ARACY GUIMARÃES, MULHER BRASILEIRA NA SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL**

SÃO CRISTOVÃO

2025

**ARACY GUIMARÃES, MULHER BRASILEIRA NA SEGUNDA
GUERRA MUNDIAL**

EMILY CARVALHO SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção
de diploma em licenciatura Plena em História,
correspondente ao Período letivo de 2024.2 da
Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Orientação: Prof. Dr. Jorge Luiz Zaluski

SÃO CRISTÓVÃO

2025

RESUMO: O objetivo desse artigo é explorar a junção entre História Pública e História Audiovisual através da minissérie “Passaporte Para Liberdade”, destacando a figura de Aracy Guimarães Rosa e a sua importância histórica no contexto brasileiro e mundial. Reconhecida por sua força e coragem diante de um regime Nazista, decisiva na proteção de judeus sua figura trás memória coletiva para um grande fato histórico. A minissérie funciona como um instrumento de História Pública ao trazer para o grande público uma narrativa histórica relevante, no campo do audiovisual torna-se uma ponte entre passado e presente estimulando uma reflexão crítica sobre eventos históricos. Além disso, ao ser vinculada a plataformas de grande alcance, fortalece o vínculo entre o conhecimento acadêmico e público não especializado.

PALAVRAS-CHAVES: Aracy Guimarães, História Pública, História Audiovisual, Memória Histórica.

ABSTRACT: The objective of this article is to explore the intersection between Public History and Audiovisual History through the miniseries *Passport to Freedom*, highlighting the figure of Aracy Guimarães Rosa and her historical significance in both the Brazilian and global contexts. Recognized for her strength and courage in the face of the Nazi regime, and decisive in the protection of Jews, her story brings collective memory to a major historical event. The miniseries serves as a tool of Public History by presenting a relevant historical narrative to the general public. In the audiovisual field, it becomes a bridge between past and present, encouraging critical reflection on historical events. Furthermore, by being broadcast on widely accessible platforms, it strengthens the connection between academic knowledge and the non-specialized public.

KEYWORDS: Aracy Guimarães, Public History, Audiovisual History, Historical Memory.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de minha graduação de licenciatura em história a temática da Segunda Guerra Mundial sempre foi um tema que me chamou atenção. Gosto de pesquisar como tudo se desenvolveu, tentar compreender os motivos de Hitler ter chegado ao poder, das relações com o governo brasileiro e seu posicionamento sobre a guerra, a chegada da guerra no território brasileiro, dos torpedeamentos em Sergipe e os afetados diretamente com a guerra. Diante dessas pesquisas, encontrei o nome de Aracy Guimarães, alguém que até então, ao menos para mim, era uma desconhecida. Contudo, sempre que seu nome surgia estava atrelado ao nome de João Guimarães Rosa, escritor brasileiro do qual ela havia se casado. Aracy, com pouco conteúdo, nenhum reconhecimento histórico e a invisibilidade dessa mulher brasileira nesse contexto histórico, se tornou a principal motivação da minha pesquisa que abarca a Segunda Guerra Mundial.

Conforme Joana Maria Pedro, ao longo da história a sociedade brasileira construiu um estereótipo da mulher no qual ela era julgada pelo tempo que passava na rua, com quem andava e se ajudava nas tarefas de casa. Caracterizando-as como honestas ou faladas, eram questões frequentemente abordadas como forma de elaborar um perfil da mulher (Pedro, 1994). Atualmente algumas dessas expectativas convencionais de gênero foram quebradas, porém não extintas. A exemplo disso, obras como as de Charles Murray e Richard Herrnstein “The Bell Curve” (1994), buscam legitimar que a ideia de que há diferenças cognitivas entre homens e mulheres, afirmando que diferenças biológicas de inteligência influenciam o desempenho das mulheres nas áreas científicas. Apontando que, acreditam que as mulheres não estão qualificadas para ocupar postos de alta função na ciência, ou seja, alguns desse rótulos só mudaram o enfoque.

Dentre as conquistas, em 1932, no início do governo de Getúlio Vargas, depois de muitas reivindicações as mulheres conquistaram o direito ao voto. Embora isso tenha significado um maior acesso para as mulheres a espaços da sociedade antes restritos, e tenha sido uma ruptura inicial à uma série de preconceitos, o papel das mulheres não despertava consenso. Entretanto, esse marco deu início a um desencadeamento de acontecimentos permitiram maiores oportunidades às mulheres, em especial ao espaço público. A exemplo desses avanços, Bertha Lutz criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Essa organização tinha como objetivos básicos; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar as boas iniciativas das mulheres e orientá-la na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e

cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público, entre outros (Pedro, 2012). Contudo, se por um lado as mulheres tinham avanços, por outro, distintos discursos e práticas visavam reforçar a naturalização das desigualdades de gênero (Zaluski, 2016).

Em meio ao cenário de avanços e desafios para as mulheres, desponta Aracy Guimarães Rosa (1908-2011). Nascida em Rio Negro, Paraná, era poliglota e filha de alemães. Depois de cinco anos de casada, separou-se e foi morar na Alemanha com seu filho, vítima do estigma que marcava a mulher separada. Ressaltando que nesta mesma época o divórcio ainda não era reconhecido e a única forma de separação era o “Desquite”, referia-se à separação judicial do casal, mas sem a dissolução do vínculo matrimonial, impedindo-a de uma nova união legal, sujeitando as mulheres a discriminações e aos homens regalias de unir-se a outras mulheres sem obrigações, apenas cuidar dos filhos. Sendo que, a “Lei do divórcio” (Lei nº 6.515/77), que garantiu maior direito as mulheres são legalizadas apenas em 1977, principalmente por permitir a liberdade para que ambos os cônjuges se casem novamente.

Na Alemanha, Aracy conseguiu trabalho no Itamaraty na chefia da seção de passaportes do consulado brasileiro em Hamburgo. Em 1938, entrou em vigor no Brasil, com fortes críticas ao posicionamento de Getúlio, passou a vigorar a Circular secreta nº 1127, que restringia a entrada de judeus no país. Trata-se de uma medida que refletia a forte disseminação do antissemitismo no chamado Ocidente. É neste contexto que Aracy surge como objeto central do nosso estudo. Aracy ignorou a circular e continuou preparando vistos para judeus, permitindo a entrada destes no Brasil. Como despachava com o cônsul geral, ela colocava os vistos entre a papelada para assinaturas, para obter aprovação dos vistos, Aracy deixava de pôr neles a letra “J”, que identificava quem era Judeu, desse modo a mesma livrou muitos Judeus da prisão e, conseqüentemente do holocausto.

Pode-se afirmar que Aracy se torna uma das poucas mulheres brasileiras a ganhar visibilidade perante o período da Segunda Guerra Mundo, conquistando reconhecimento e homenagens nos Museus do Holocausto em Jerusalém e Washington, como “*Justa entre as nações*” e “*Anjo de Hamburgo*”, por ajudar diversos imigrantes judeus que tinham seus destinos salvos pelas mãos da brasileira. Em 2021 a minissérie “Passaporte para liberdade”, produzida pela TV Globo, permitiu que essa história ganhasse maior visibilidade dentro do seu país de origem, para além de pesquisadores.

Diante disso, a minissérie levantou algumas reflexões, ela centraliza a figura de Aracy como mulher heroína, que demonstra coragem apesar das pressões políticas e de sua posição em um contexto predominantemente masculino, arriscando sua vida em um dos momentos mais cruéis já visto na história, sua posição tensa entre seu compromisso moral e as diretrizes do governo, revela a complexidade do papel da diplomacia em tempos de guerra. Junto disso, outra reflexão se sustenta a partir da neutralidade de países que acabaram ajudando de certa forma através da atuação dos diplomatas, o que traz esse questionamento sobre existir essa neutralidade em um tempo tão grave, principalmente a atuação do Brasil onde era estipulado a quantidade de vistos e apenas para turistas, ou seja, a permanência desse grupo aqui também não era bem-visto.

A fim de refletir sobre a temática da Segunda Guerra em outras produções cinematográficas, ao comparar a minissérie com outras series que retratam a Segunda Guerra Mundial, pude observar que a abordagem é mais intimista, buscando mostrar o outro lado da guerra, diferente de filmes de ações ou grandes produções com a mesma temática, a luta pessoal contra um sistema opressor, o que humaniza mais a guerra. Retrata o sofrimento de uma sociedade está sendo afetada por essa opressão, falta de dinheiro, comida e trabalho sendo destinada ao extermínio, tanto que são passados pequenos reprises originais da época em cada capítulo, colaborando na proporção que foi esse acontecimento.

A partir disso, tendo o entendimento de que a minissérie opta por uma abordagem mais intimista, meu objetivo é destacar como essa perspectiva exposta em “Passaporte para a liberdade” contribui para uma compreensão mais profunda dos impactos da guerra. Acredito que essa análise permite uma reflexão sobre os efeitos da guerra. Ao inserir reprises originais da época, a minissérie também reforça o realismo e a veracidade dos acontecimentos, ajudando o espectador a sentir a luta vivida pelas vítimas do nazismo. Deste modo, parto do entendimento de que a produção cinematográfica em análise corrobora para aproximar distintos públicos do debate acadêmico, sendo esse um caminho da História Pública.

Diante disso, este texto está distribuído em cinco partes. Na primeira busco analisar a importância da História Pública no campo audiovisual, junto disso, procuro refletir sobre os impactos do universo digital, sendo a História Digital um campo de possibilidades investigativas, como também, do entendimento de que a produção cinematográfica em análise está envolta as características das formas de produzir e

consumir filmes e séries. Na segunda parte apresento a minissérie *Passaporte para Liberdade* e sua estrutura, destacando a forma como a narrativa é construída. Na terceira parte traço meu objetivo a partir da análise realizadas da minissérie. Por fim mostro a relevância do reconhecimento da história de Aracy Guimarães, e como as formas de retratar a história precisa ser ampliada para que histórias como a de Aracy sejam reconhecidas.

2. Minissérie em vias de História Pública

Partimos do pressuposto de que narrativas históricas são produzidas e transmitidas por distintas linguagens. Compreendemos a minissérie como uma dessas linguagens que tanto produzem narrativas históricas, como mobilizam o passado para discussões do, para e com o presente. Desse modo, compreendemos a minissérie como um elemento em conjunto com a História Pública, sendo ela responsável por aproximar distintos públicos e em mobilizar narrativas que ampliam as audiências da história.

No Brasil, as discussões a partir dos aportes teóricos e metodológicos da História Pública vem cada vez mais ganhando notoriedade. Um marco importante foi a oferta do “Curso de Introdução à História Pública” em 2011 na Universidade de São Paulo. Conforme o professor Ricardo Santhiago, um dos percursores da História Pública no Brasil,

Composto por oito “master classes”, seu currículo centrava-se essencialmente em questões práticas: como fazer memória empresarial, como publicar história oral, como unir história e audiovisual, quais os princípios básicos para o trabalho em arquivo, como promover produções históricas por meio da divulgação científica e da assessoria de imprensa na área de história, como transforma uma pesquisa acadêmica em um programa de rádio ou podcasts. Seu direcionamento era claro: buscava-se semear uma ideia de história pública voltada à incorporação do historiador no mercado de trabalho e à inserção da história na cultura das mídias. Com isso, privilegiava-se uma vertente de história pública, entre outras; uma história feita para o público, que focaliza a ampliação das audiências (Santhiago, 2016, pp.26-2).

Com avanços no campo, como destacam Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Ricardo Santhiago e Fabiúla Sevilha de Souza,

as ações e os debates relativos à História Pública têm se ampliado nos últimos anos, evidenciando transformações dialógicas entre Academia

e espaços não acadêmicos nos modos de pensar aspectos como o papel do/a historiador/a, os usos do passado, a memória, a diversidade de existências, os negacionismos e a participação de diferentes públicos (Rovai; Santhiago; Souza; 2024, p. 01).

No Brasil, no campo audiovisual, no dia 18, de setembro de 1950, a inauguração da televisão pelo empresário Assis Chateaubriand exerceu um papel crucial na formação e na divulgação de narrativas históricas para o público em geral. Logo, as narrativas audiovisuais provocaram a ampliação das discussões geralmente restrita a academia. Para Rovai; Santhiago; Souza; “a existência de narrativas produzidas por não historiadores/as pode ser considerada como um problema para a História Pública, entendida não como obstáculo e sim como provocação e desafio num mundo plural e, muitas vezes, ameaçador de direitos” (Rovai; Santhiago; Souza; 2024, p. 01).

A história pública se refere ao modo de como o passado é apresentado e interpretado para o público, fora ou em diálogo com os círculos acadêmicos. De certa maneira, concordamos com Rovai; Santhiago; Souza, ao compreenderem que, “a concepção de História Pública pressupõe o reconhecimento de que a produção de saberes históricos nunca foi exclusividade (Rovai; Santhiago; Souza; 2024, p. 02).

Assim, temos a televisão como um dos principais meios pelas quais o grande público acessa informações, dentre elas, séries de época, programas e documentários baseados em fatos, levando a sociedade a relembrar os eventos históricos, como por exemplo, Segunda Guerra Mundial, revolução Francesa entre outros. Diante disso, tomar as produções audiovisuais como fontes históricas em uma perspectiva da História Pública, convém destacar as observações de Milena Martins e Wellington Amarante, que, ao partirem da análise das produções de telenovelas, afirmam que as produções audiovisuais que visam narrar o passado exige muitos desafios, pois, como indicam os autores, “representação do passado histórico envolve uma construção que inclui a escrita de um roteiro, a adaptação dos fatos históricos as especificidades cinematográficas e televisivas, trata-se de um espaço complexo da análise (Martins; Amarante, 2024, p. 78).

Graeme Davison afirmou que, a “História Pública é o novo nome para a mais velha de todas as histórias” (Davison, 1991, p.4), essa prática de levar a história de maneira acessível a sociedade não é algo completamente novo, ela sempre existiu. Essa ideia de partilhar o passado principalmente de forma oral sempre foi importante

principalmente para o público menos favorecido, para que costumes, crenças e ideologias estivessem sempre vivas dentro de um meio, agora por meio da mídia temos uma forma mais ampla e com um alcance maior para que a história envolva as pessoas fora do meio acadêmico. Assim, compreendemos que investigar sobre a produção audiovisual sob uma perspectiva da História Pública nos permite compreender os diferentes eixos que a mobilizam. Primeiro, de que as produções cinematográficas não podem ser lidas simplesmente como artefato do capitalismo. Suas produções demarcam cada vez mais estreito diálogo com o público, seja pelo interesse dos grupos, e em buscar estabelecer uma leitura a partir e em conjunto com ele. Tal como já sinalizado, a exemplo da minissérie em análise, em não direcionar sua leitura sobre a Segunda Guerra Mundial apenas para o confronto bélico, mas para a história de pessoas comuns em conjunto e em contexto da guerra. Segundo, por compreendermos que essas narrativas atingem distintos grupos, principalmente não acadêmico. Esse diálogo permite aproximar o grande público das discussões e entendimento sobre o passado.

É válido ressaltar que por mais que a história feita por um historiador profissional tenha as mesmas características da divulgação da história feita por outros profissionais, a principal diferença é o compromisso com a precisão e a profundidade das análises históricas. Os historiadores tendem a basear suas afirmações em fontes documentais verificáveis e fazem uso de métodos críticos para analisar a mesma. Sempre recorrendo a fontes, das mais variadas formas, assim como, do apoio a pesquisas de outros historiadores para embasar suas narrativas. A divulgação vinda de outros profissionais como jornalistas, influenciadores culturais também tentam tornar a história mais interessante ou mais acessível ao público, utilizando linguagens adaptadas a distintos públicos e mídias, buscando conectar o passado com questões contemporâneas tornando a história relevante (Carvalho; Teixeira, 2019). De certo modo, cabe estreitar aproximações entre historiadores e outros campos, tal como o audiovisual. Um passaporte para a liberdade é um exemplo desse diálogo.

A História Pública sempre buscou aproximar o grande público dos processos de construção da história. Ela envolve a ideia de tornar o conhecimento histórico mais acessível e relevante para as pessoas, assumindo várias formas, como exposição, programas de rádio, sites, *podcast*, principalmente no presente, com o advento da História Digital. Uma área que busca interagir as novas tecnologias ao campo de história, inclui a digitalização de documentos históricos, plataformas para a distribuição de conhecimento.

A exemplo de práticas de história pública no âmbito digital, o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho, em seu artigo “História Pública e redes sociais na *internet*: elementos iniciais para um debate contemporâneo”, fala sobre seu lançamento do “Café história: uma rede social de história na *internet*”, foi lançada em 18 de janeiro de 2008, em uma plataforma norte-americana chamada *Ning*. Ele conta do seu grande sucesso e enorme alcance, se tornando o maior portal brasileiro de divulgação de história, graças a esse avanço digital (Carvalho, 2008).

Em diálogo com o âmbito digital, Jose d' Assunção Barros reafirma em seu livro “A historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo”.

Algumas das vantagens de uma “História Digital” estão relacionadas com seu potencial para o armazenamento de dados, a sua facilidade de acesso, a flexibilidade de formatos (textos, imagens, vídeos, áudio...), e a interatividade entre o usuário e as fontes... (Barros, 2001, p.118).

Diante desse entendimento, é notável como a produção digital pode influenciar a história pública, exemplo é a minissérie “Passaporte para Liberdade” fonte e tema central desse estudo, transformando um evento histórico em um relato visual e acessível, facilitando a compreensão do público em uma história tão longa e complexa. Destaco ainda que, a minissérie contribuindo ainda para a interpretação desse momento, promove debate sobre a responsabilidade de não gerar uma nova guerra e mostrando a proporção que foi em vidas afetadas, já que ao final de cada capítulo sempre é exibido relatos de familiares que foram afetados diretamente e indiretamente pela guerra. Sendo assim a importância que essas novas linguagens de divulgar a história tem dentro da sociedade.

2.1 Passaporte para liberdade: diálogos entre a história e seus públicos

A minissérie “Passaporte para liberdade”, foi produzida por *Estúdios Globo*, *Sony Pictures Television* e *Floresta*, e exibida pela *TV Globo* de 20 a 30 de dezembro de 2021. Com o gênero drama, tendo 8 episódios levando a duração de 40 a 45min cada. Escrita por Mário Teixeira, com colaboração de Rachel Anthony, tem direção de Seani Soares e direção geral e artística de Jayme Monjardim. A produção executiva é de Silvio Abreu, Monica Albuquerque e Elisabetta Zenatti. Nos papéis principais, conta com as atuações de Sophie Charlotte, Rodrigo Lombardi e Tarcísio Filho. Sophie como Aracy de Carvalho

Guimaraes Rosa, Rodrigo como João Guimaraes Rosa e Tarcísio como Joaquim Antônio de Souza Ribeiro.

As plataformas de *streaming*, como *Netflix*, *Amazon prime Video*, *Disney+*, *HBO Max*, entre outros, são hoje protagonistas na forma como consumimos narrativas audiovisuais. Não apenas distribuindo conteúdo, mas também moldam novas formas de contar histórias, como é o caso da minissérie “*Passaporte para Liberdade*”, o que se conecta diretamente à ideia de história digital.

A sua acessibilidade de ser acessado em qualquer lugar, em qualquer ambiente e a qualquer horário, gerando uma certa autonomia ao público sobre seu consumo. Essas plataformas também usam dados para recomendar conteúdo com base no comportamento do usuário o “famoso” algoritmo para que chegue e seja consumido pelo usuário. Portanto, falar de séries e história digital é essencial considerar como as plataformas de *streaming* não são apenas meios de distribuição, mas agentes transformadores da linguagem, da estética e da forma como nos relacionamos com as narrativas contemporâneas.

A minissérie retrata de uma história ainda pouco conhecida em seu país. A brasileira Aracy de Carvalho entrou para a história mundial ao arriscar a própria vida para salvar judeus que precisavam escapar do nazismo na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Funcionária do Consulado Brasileiro em Hamburgo, sem qualquer proteção ou mesmo imunidade diplomática, ela contornava regras, enfrentando os governos alemão e brasileiro para emitir vistos para que os judeus pudessem imigrar e sobreviver. Foi também em Hamburgo que ela conheceu seu companheiro, o escritor Guimarães Rosa, à época, cônsul-adjunto na cidade, do qual casou-se e teve um filho. Sua história de coragem, ousadia e amor à humanidade rendeu a ela o título de “Justos entre as Nações”, instituído pelo Memorial do Holocausto de Israel, que fica localizado em Jerusalém, capital do país. Como reconhecimento aos não judeus que ajudaram a salvar vidas durante a guerra.

A minissérie é livremente baseada no livro *Justa- Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil (2011)*, da historiadora Mônica Schpun. A obra teve direitos adquiridos pela produção e consta dos créditos como fonte da série. O título oficial *Passaporte para Liberdade*, foi oficializado em setembro de 2021 após a publicação de estudo dos historiadores Fábio Koifman e Rui Afonso em *Judeus no Brasil: História e Historiografia*, que questiona o gesto de heroísmo por parte dos funcionários do consulado do Brasil em Hamburgo. Diante disso, podemos afirmar que a

minissérie parte de pesquisas históricas do qual proporciona uma nova narrativa sobre a temática, assim, ao discutir sobre a história de Aracy e a Segunda Guerra Mundial, por meio do audiovisual, atinge distintos públicos, entre eles não historiadores. Logo, amplia as audiências da história principalmente para o entendimento e discussão sobre o assunto.

O livro de Mônica Schpun, publicado em 2011, é uma obra acadêmica que detalha a história de Aracy e o seu papel no resgate judeus. Ele se baseia em fontes históricas, documentos, entrevistas, buscando repassar um retrato mais fiel da história de Aracy, destacando com mais profundidade sua trajetória profissional, suas relações interpessoais, decisões e ações. A obra explora muito mais a parte política e principalmente o papel da diplomacia brasileira durante a Segunda Guerra, como o Brasil se posicionava e as implicações do governo de Getúlio Vargas.

Embora o livro *Justa- Aracy de Carvalho e o resgate de judeus* e a minissérie *Passaporte Para Liberdade* compartilhem a mesma história, o livro oferece uma visão detalhada e crítica alcançando um público de historiadores ou de leitores que se interessem pelo campo histórico. Ambas têm a mesma intenção de ampliar o alcance dessa história, embora a minissérie atinja um público mais amplo tendo o foco de torna a história de Aracy mais acessível, simplificando e humanizando o emocional o que é comum no audiovisual. A série também aborda o contexto da Segunda Guerra Mundial, assim como o livro, potencializando discussões sobre o heroísmo da mulher, posicionamento em tempos de crise, direitos humanos e o mais importante, ampliando e tornando mais dinâmico a história através do audiovisual.

2.2 A Segunda Guerra Mundial e a minissérie Passaporte para liberdade

Como indica Francisco Cesar Ferraz, 2022, “a Segunda Guerra Mundial foi o evento que marcou o século XX, e ainda é, mais de 80 anos depois de iniciada, um ponto de referência para praticamente qualquer acontecimento mundial (Ferraz, 2022, p. 07). Segundo o historiador, essa guerra atingiu a todos, seja de forma direta e indireta. E, como destaca Ferraz, “foi a guerra que produziu mais mortos – pelo menos 80 milhões de pessoas – e a primeira que morreram mais civis que combatentes” (Ferraz, 2022, p. 07). Fator esse que nos leva a compreender parte dos motivos das produções audiovisuais sobre a Segunda Guerra Mundial, em sua maioria, partirem da narrativa sobre os confrontos.

A Segunda Guerra Mundial é um dos assuntos mais consumidos por não historiadores, refletindo seu impacto duradouro na sociedade. Hoje temos vários meios que produzem esse tipo de conteúdo, como diversos livros, filmes, minisséries, história em quadrinhos dentre outros. A exemplo disso, o filme “*O Resgate do Soldado Ryan*” trouxe uma grande audiência, demonstrando o interesse do público sobre a temática. Para os historiadores é um tema que traz infinitas possibilidades de discussões, podemos ver pela quantidade de artigos e pesquisas realizadas e pelas diversas investigações que ainda são feitas.

Para Ferraz, a Segunda Guerra Mundial trouxe impactos individuais e coletivos, podendo ser considerada mundial, total e interdependente, pois, segundo o autor,

Foi uma guerra mundial porque, com exceção de uns poucos Estados nacionais neutros e/ou distantes demais de terrenos e mares onde os combates aconteceram, envolveu nas atividades bélicas, no fortalecimento de materiais necessários às frentes de combate e doméstica, ou mesmo na localização estratégica, todas as nações do mundo.

Foi uma guerra total porque abrangeu todas as energias e atividades das populações do globo, militares e civis. Não houve aspecto político, e econômico, cultural que não a acabou relacionando, direta ou indiretamente, à guerra.

Foi, por fim, uma guerra interdependente porque, dadas as dimensões dos teatros de operações, cada grupo combatente dependia das outras forças armadas, dispostas ao lado e até mesmo a centenas de quilômetros de distância, assim como dependia também da produção de material bélico e bens de consumo, por parte da população civil, de seu país ou de seus aliados. Estava atrelada aos avanços da ciência e da tecnologia, à manutenção do moral e da vontade de continuar lutando da população civil, além dos próprios soldados (Ferraz, 2022, p. 11).

Como destaca Pedro Tota, a Segunda Guerra Mundial se caracteriza como um conflito que mobilizou diferentes frentes e provocou profundas transformações em âmbito mundial. Para o autor, mesmo que a guerra se manifestasse com toda a crueldade do qual se sabe, o confronto entre os países diretamente ligados estavam longe de chegar ao fim, tendo em vista o interesse de derrotar o inimigo, de ambos os lados. Para Tota,

A Segunda Guerra Mundial teve como característica determinante o fato de que os países em conflitos visavam pretensões ilimitadas. Em outras palavras, tinham como objetivo a submissão absoluta do adversário. Se na Primeira Guerra Mundial o objetivo das nações em combate era a derrota do inimigo no campo de batalha e a imposição de

condições de paz, isso não era exatamente válido para a Segunda Guerra Mundial. A Alemanha de Hitler, por exemplo, pretendia dominar a Europa e transformar os países do Ocidente em estados vassalos. O plano nazista para o lado oriental era reduzir a União Soviética à condição de colônia e transformar sua população em serviçais dos “senhores” germânicos. Do lado dos Aliados, isto é, da Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética, os objetivos não eram limitados: só a rendição incondicional é que valeria. Não se aceitaria uma paz negociada, não haveria condições. O inimigo seria combatido até a última bala (Tota, 2006, p. 357).

Em meio a esse jogo de disputas de poder que, por um lado tentava-se conter o avanço do nazismo e impedir que mais pessoas fossem assassinadas nos campos de concentração, por outro, o confronto também demarca uma disputa de interesses entre as grandes potências. Assim, conforme aponta Tota, “o fim da Segunda Guerra Mundial marcou o encerramento da hegemonia europeia e deflagrou a disputa entre o mundo ocidental, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética” (Tota, 2006, p. 388).

Tendo em vista a extensão da Segunda Guerra Mundial, a minissérie *Passaporte para Liberdade*, busca narrar o conflito desde o início. A narrativa fílmica, desdobra-se desde a ascensão do nazismo na Alemanha e percorre diferentes histórias que atravessam os anos demarcados pela guerra. Em vista do interesse em adentrar na história de Aracy, a narrativa perpassa pelo papel das embaixadas e consulados, sendo esse o local de trabalho de Aracy Guimaraes. O incomodo de Aracy diante dos acontecimentos provocados pela guerra, bem como sobre a posição do governo brasileiro em manter suposta neutralidade e resistência interna da própria supremacia são evidenciados logo no segundo episódio, fator esse que vai caracterizando tanto a personagem narrada pela série, como dos motivos que realmente levaram Aracy em questionar a guerra e a continuidade da mesma. Por meio da história de Aracy é possível percorrer sobre as tensões provocadas pelo governo brasileiro, quando começa a proibir a entrada de Judeus no país com a quantidade de vistos que é permitido apenas como turista. Na Alemanha a perseguição era muito mais rígida. Contudo, adentrar em território brasileiro não era garantia de segurança, tendo em vista a existência de perseguições de muitos judeus em várias cidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, onde os judeus foram tratados como “Súditos do Eixo”, presos e discriminados por suas origens, quando não deportados.

Maria Luiza Tucci, pesquisadora sobre o Holocausto, do antissemitismo no Brasil, sobre a imigração Judaica e o drama vivenciado pelos judeus refugiados do nazismo. Aponta que Aracy Guimaraes mostra sua coragem e passa por cima de diretrizes que pode colocar sua vida em risco, mas que não é a sua primeira atitude de coragem (Tucci, 2011). No que corresponde a minissérie *Passaporte para a liberdade*, a narrativa empregada na produção cinematográfica retrata a coragem de uma mãe solo e divorciada, que quebra paradigmas do Brasil. Dentre esses rompimentos, ela consegue se afastar do marido mesmo quando o Código Civil de 1916 inibia a liberdade de mulheres, tendo em vista que após o disquete, como era chamado, a mulher permanecia sob a autoridade do homem. Nesse código colocava-se a mulher claramente como tutelada pela figura do seu marido. São inúmeros os artigos que colocam o marido tendo direitos sobre sua esposa, dentre eles podemos destacar o art.6 desse código que colocava a mulher casada como relativamente incapaz quanto ao ato jurídico e o art.178, que dava, respectivamente dentro do prazo de 10 dias e de 2 meses, direito ao marido de anular o casamento se descobrisse que a esposa fora anteriormente deflorada e contestar a legitimidade do filho (Lei Nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916).

Sob o governo de Adolfo Hitler, instituições femininas foram destruídas e cada vez mais o papel da mulher foi sendo apagado na sociedade. Na doutrina Nazista, mulher-modelo não tinha uma carreira, mas era responsável pela educação dos filhos e pelo cuidar da casa. Logo, a configuração do nazismo também se desenhava como um projeto que visava fortalecer as desigualdades entre homens e mulheres, tendo em vista as tentativas de reforçar a posição de mulheres como restrita ao lar e ao cuidado da família. Mesmo assim, a minissérie retrata Aracy como uma mulher que tem a liberdade de trabalhar e Maria Luiza Tucci, pesquisadora sobre o Holocausto, do antissemitismo no Brasil, sobre a imigração Judaica e o drama vivenciado pelos judeus refugiados do nazismo. Aponta que Aracy Guimaraes mostra sua coragem e passa por cima de diretrizes que pode colocar sua vida em risco, mas que não é a sua primeira atitude de coragem dirigir, sendo possível observar em vários episódios de que Aracy está com o carro do consulado tendo livre acesso a lugares restritos.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a minissérie mostra Aracy como uma mulher forte e destemida, no episódio 7, por exemplo, a partir do minuto 20:50, Aracy revela o tamanho da sua força e o quanto estava focada em salvar aquelas pessoas. No trecho, trata de um encontro com um dos Coronéis Nazista para pedir que livrasse duas

crianças da deportação, pois a Alemanha já estava fechada para saída de judeus do país, independente se tivesse o passaporte, desafiando normas e tomando decisões ousadas, mostrando ao público um exemplo de empoderamento feminino. Mas, neste mesmo episódio mostra uma romantização de Aracy e Guimarães Rosa a ponto de pôr um momento eles se desligarem da guerra, essa mesma idealização traz a imagem dela que, mesmo estando em meio a uma tensão romântica, ela consegue ser independente e manter seu foco em salvar as pessoas sem se importar com a opinião do seu parceiro. Porém essa ênfase no romance por mais que traga um aspecto emocional que cativa o telespectador, pode desviar o verdadeiro foco secundarizando a complexidade histórica. Para Aracy pode apagar a sua trajetória que já era difícil por viver uma forte ação política e machista, por mais que ela tivesse um certo poder ainda sim era algo limitado, principalmente por ser mulher. De certo modo, essa leitura leva o risco de reduzir uma personagem tão significativa como figura histórica a uma mera musa, como já podemos notar as poucas pesquisas sobre sua história sendo mais atrelada a ser esposa de João Guimarães Rosa.

Imagem 01 – Noite dos cristais



Fonte: aidaespacohistoria.blogspot.com

Foto: Yad Vashem via AP

A imagem acima retrata o episódio conhecido como Noite dos Cristais, momento em que os nazistas destruíram casas e estabelecimentos de judeus. Na minissérie, no episódio 4, visa apresentar esse evento, ocorrido na noite 9 para 10 de novembro de 1938. Foi quando as sinagogas, lojas e casas dos judeus foram destruídas na Alemanha, e milhares de judeus foram presos e mortos. Mesmo a série não focando no drama pessoal

e nas consequências desse ataque o episódio serviu para mostrar um dos eventos mais conhecidos e passados da Segunda Guerra Mundial e como o governo nazista escalou suas ações de forma tão brutal, exibindo como um regime violento impõe suas ideologias sobre a população. A reação de Aracy a partir disso, foi se envolver mais ativamente na ajuda a judeus, mesmo estando em uma posição delicada dentro do consulado brasileiro, o horror daquela noite faz ela despertar para a proporção em que a guerra estava tomando e vira uma motivação para ações concretas. Contudo, Aracy sofre pressões de seus atos, tanto do governo brasileiro quanto da própria Alemanha, a própria é perseguida correndo risco de ser denunciada, sua família sofre pressão e tem que sair da Alemanha representando essa dualidade entre coragem e os custos humanos das suas decisões.

No último capítulo podemos ver a dedicação e interesse de Aracy mais uma vez para salvar uma vida, apenas uma vida se colocando em risco para transportá-lo em seu próprio carro, correndo risco de morte, mas era o último feito dela e ela conseguiu deixar seu legado de uma coragem suficiente. Antes do seu retorno ao Brasil, Aracy passa por um último atentado a sua vida, com o rompimento de Brasil e Alemanha, todo o consulado foi investigado e Aracy mais uma vez se encontra entre a vida e a morte, já que ela era uma figura conhecida por de alguma forma tentar ajudar aos judeus. Com a queima de documentos ordenado por Vargas pós rompimento, ela consegue escapar e volta para seu país com dever cumprido.

Imagem 02 – Aracy retratada pela minissérie.



Fonte: gshow.globo.com

Após rompimento entre o governo brasileiro e o alemão, Aracy retorna ao Brasil e continua atuando em resistência silenciosa ao regime de Vargas por sua política restritiva de imigração. Tempos depois em 1982, Aracy é reconhecida como “*Justa entre as Nações*” pelo Yad Vashem (memorial de vítimas do Holocausto) em Jerusalém, em

2008 ela foi homenageada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e seu reconhecimento póstumo como “Justa” é uma forma de celebrar sua coragem e seu legado, deixando o exemplo de como agir com humanidade e empatia diante da injustiça tornando-se um símbolo de resistência e compaixão.

Portanto, ressalto a importância da disciplina de história e como ela precisa está se desenvolvendo junto com a sociedade ampliando seus meios de alcance. Estudar história nos permite identificar padrões de comportamentos e as consequências de determinadas ações, o que pode ajudar a evitar a repetição de erros que causaram tragédias no passado, como por exemplo, o nazismo, que, embora tenha sido derrotado na Segunda Guerra Mundial, há ainda algumas ideias associadas a ele, como o racismo extremo antissemitismo e a busca por uma sociedade “racialmente pura”, exemplificando, grupos neonazistas, símbolos e propagandas, relações com movimentos de extrema-direita, entre outros. Contudo, não se trata apenas de uma disciplina acadêmica, mas uma ferramenta essencial para formação de cidadãos conscientes, críticos e bem-informados, capacitados a não repetir erros do passado.

3.0 CONSIDERAÇÕES

A minissérie *Passaporte para Liberdade* nos oferece um apanhado histórico, tanto na perspectiva do Brasil dentro da Segunda Guerra Mundial, e de como esta Guerra estava se progredindo dentro do seu país de origem. Destacando o trabalho de Aracy de Carvalho com seus atos históricos para salvar uma raça prestes a entrar em extinção, educando o público sobre a importância de ações individuais diante de um cenário de genocídio.

Essa obra não apenas narra eventos históricos, mas também contribui significativamente para a história pública, sendo responsável por aproximar distintos públicos para o processo de construção da história, tornando o conhecimento histórico mais relevante e acessível para as pessoas. A minissérie se insere dentro de uma tradição mais ampla do uso do audiovisual na História Pública, desempenhando um papel importante na preservação da memória histórica, mantendo viva os eventos importantes, permitindo que o público se conecte emocionalmente com o passado.

Por fim, *Passaporte para Liberdade* não só resgata um importante capítulo da

história mundial, como cumpri seu papel não apenas como entretenimento, mas também como uma ferramenta educativa essencial para fortalecer a consciência histórica.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula, (Orgs.). **História pública e divulgação de história**. Letra e Voz, 2019.

FERRAZ, Francisco Cesar. **Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2022.

MARTINS, Milena; AMARANTE, Wellington. Televisão e História Pública: representações da escravidão na telenovela Novo Mundo (2017). **Boletim Do Tempo Presente**, 13(4), 2024, p. 71–104. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/22379>

PASSAPORTE para Liberdade. Direção de Jayme Monjardim. Produção: Estúdios Globo e Sony Pictures Television. Roteiro de Mário Teixeira. Elenco: Sophie Charlotte, Rodrigo Lombardi, Peter Ketnath, entre outros. Brasil: TV Globo, 2021. 8 episódios, cor, sonoro. Minissérie.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo; SEVILHA, Fabiula Servilha. História pública, tempo presente e o futuro da esperança. **Boletim Do Tempo Presente**, 13(4), 2024, p. 01–08. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/22374>

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 355-390.

ZALUSKI, Jorge Luiz. **Mulheres e a educação**: a formação para donas de casa em uma escola moderna (Guarapuava 1971-1983). 197 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati-PR, 2016.